



Começam hoje audiências sobre PEC da Previdência

Comissão de Constituição e Justiça fará seis debates até quinta-feira. Relatório preliminar de Tasso Jereissati será apresentado na sexta

As duas primeiras audiências da reforma da Previdência serão realizadas hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Até quinta-feira, a CCJ fará 6 debates com 46 convidados, entre autoridades, especialistas e representantes setoriais. Na sexta, o relator, Tasso Jereissati, apresentará o relatório preliminar. A previsão é que a proposta seja votada na comissão em 4 de setembro.

A partir das 9h, a CCJ ouve o secretário de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, e o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, entre outros. **3**



Gerardo Magalhães/Agência Senado — 14/8/2019

Até quinta, a comissão ouvirá 46 convidados em 6 debates sobre a proposta, que deverá ser votada em 4 de setembro

Medida da Liberdade Econômica tranca pauta do Plenário

O Plenário pode votar hoje a Medida Provisória da Liberdade Econômica, que reduz a burocracia empresarial, dá garantias para o livre mercado e prevê isenção de alvarás e licenças para *startups*. A MP, que perde validade no dia 27 e está trancando a pauta, também altera a lei trabalhista para permitir o trabalho aos domingos, com folga a cada quatro semanas, sem aval do sindicato em acordo coletivo.

A mudança divide os senadores. Enquanto alguns dizem que o texto moderniza a economia, outros apontam perda de direitos dos trabalhadores. **3**

Davi defende que PEC paralela trate de estados e municípios

Em reunião com o governador do Acre, Gladson Cameli, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu a inclusão de servidores públicos

de estados e municípios na reforma da Previdência, por meio de uma PEC paralela. Para Davi, a proposta é papel do Senado. **2**



Marcos Brandão/Senado Federal

Davi (D), com senadora Mailza Gomes e Cameli: compromisso com estados

Propostas renovam Fundeb com o triplo de verbas federais



Fundo que garante verbas para todas as escolas públicas do Brasil expira em dezembro de 2020. Especialistas em educação advertem que Senado e Câmara dos Deputados não podem esperar e precisam aprovar sua renovação já em 2019, uma vez que depois ainda será preciso votar lei que regulamente o novo Fundeb e também porque eleições municipais no ano que vem reduzirão brecha política para a votação no Congresso Nacional. **4 e 5**



Pedro França/Agência Senado

Alunos em escola pública de Brasília: Fundeb expira em dezembro de 2020

Debate aponta necessidade de reforma tributária

Participantes de uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça concluíram ontem que a reforma

do sistema tributário é urgente. O relator, Roberto Rocha, disse que entrega o relatório em 45 dias. A presidente da

CCJ, Simone Tebet, afirmou que a reforma da Previdência pode tramitar ao mesmo tempo que a tributária. **3**



Jefferson Ruty/Agência Senado

Felipe Salto, Luciano Bivar, Roberto Rocha e Luiz Carlos Hauly na audiência da Comissão de Constituição e Justiça

Cortes no censo do ano que vem geram divergência

Na Comissão de Direitos Humanos, técnicos do IBGE disseram que o corte orçamentário e a redução dos questionários do Censo 2020 terão impacto no resultado e podem reduzir repasse para municípios. Já dirigentes do instituto afirmaram que enxugamento trará qualidade à pesquisa. **2**

Comissão analisa mais recursos para educação básica **8**

Portabilidade da conta de luz será discutida hoje **7**

Acessibilidade em eletrodomésticos é tema de debate **6**



Mailza e Gladson ouviram de Davi a defesa da inclusão de servidores estaduais e municipais na reforma

Davi defende PEC paralela com estados e municípios

Após reunião com o governador do Acre, presidente da Casa disse que os senadores estão comprometidos com a inclusão de servidores estaduais e municipais na reforma da Previdência



O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que tem conversado com prefeitos e governadores sobre a inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência por meio de uma PEC paralela.

Após reunião com o governador do Acre, Gladson Cameli, na residência oficial do Senado, Davi afirmou que os senadores estariam comprometidos em estender as regras previstas na PEC 6/2019 para os servidores públicos de outros entes da federação.

— Isso é papel do Senado, como Casa da Federação, fazer esse debate e incluir os estados e os municípios para ajustar as contas do governo federal, que foi o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que está

tramitando na CCJ, e constituir uma nova proposta chamada de PEC paralela para incluir estados e municípios — disse.

A PEC paralela, explicou, é na verdade uma proposta de emenda autônoma que deve começar a tramitar no Senado a partir de um destaque de algum senador em Plenário.

— No meu entender os senadores estão comprometidos e tem o desejo de fazer essa inclusão de estados e municípios — apontou.

Acre

Gladson defendeu a aprovação da reforma e a inclusão dos estados e municípios por meio da PEC paralela. Segundo ele, a medida é fundamental para assegurar o reequilíbrio das contas do seu estado.

— Nós não aguentamos mais postergar essa situação. Se não

forem incluídos os estados, eu vou ter que decretar estado de calamidade financeira — disse Gladson.

A senadora Mailza Gomes (PP-AC), que acompanhou a visita do governador, também manifestou apoio à reforma.

— Acho que a reforma será a saída para que nosso Brasil volte a crescer e os estados venham a ter melhores condições de trabalho — defendeu.

Além da inclusão dos estados e municípios na reforma da Previdência, a reunião serviu para que o governador do Acre apresentasse as demandas do estado frente ao governo federal como a conclusão de obras de infraestrutura e a liberação de recursos para a área da saúde. Segundo Gladson, Davi se comprometeu a ajudar a viabilizar recursos junto ao governo federal.

Orçamento Fácil lança vídeo sobre gangorra fiscal

Quando os telejornais anunciam periodicamente o resultado primário do governo, são poucos os telespectadores que conseguem entender o que esse indicador significa e a importância para o seu dia a dia. Decifrá-lo pode parecer assunto apenas para iniciados, mas o conceito é simples, assegura o consultor de Orçamento, Orlando Cavalcante Neto. Com esse objetivo, acaba de ser lançado o novo vídeo do Orçamento Fácil, o 17º da série desenvolvida pela Secretaria Agência e Jornal do Senado (Sajs) em parceria com a Consultoria de Orçamento (Conorf).

De forma lúdica e com linguagem simples, as animações mostram que indicadores como “resultado primário” e “resultado nominal” podem ser entendidos por leigos, a partir de situações do cotidiano que facilitam a compreensão de conceitos e jargões orçamentários. Afinal, quem não entende

quando o orçamento doméstico desequilibra e falta dinheiro para as compras do mês? Com os orçamentos públicos não é muito diferente.

Em pouco mais de quatro minutos, o novo vídeo esclarece aos internautas que indicadores como os resultados primário e nominal funcionam como termômetro da saúde financeira do governo — se ele está longe de alcançar o equilíbrio nas suas contas ou se tem capacidade de honrar seus compromissos para não ir à bancarrota. Ou, na melhor das situações, se consegue obter receitas maiores que as despesas, resultando em superávit. O vídeo mostra como funciona essa gangorra fiscal.

— O ideal é ter o orçamento do país equilibrado, com arrecadação de receitas suficiente para dar conta das despesas públicas. Mas a nossa realidade é a de um Estado endividado, sem capacidade para fazer crescer sua economia de forma

sustentada ao longo do tempo e atender as necessidades de bens e serviços públicos reclamadas pela sociedade —, observa o consultor de Orçamento do Senado Fernando Veiga, o mais novo integrante da equipe do Orçamento Fácil.

Ele lembra que a dívida pública é uma dívida de todos os brasileiros. Por isso, é importante que o cidadão se interesse pelo orçamento de todas as instâncias de governo, seja federal, estadual ou municipal. Só assim poderá exercer melhor sua cidadania, monitorando os gastos públicos e a atuação dos governantes eleitos, como destaca Cavalcante.

O Orçamento Fácil veio para ajudar nessa tarefa. Agora com 17 vídeos lançados e outros em fase de elaboração, a série de animações estimula de forma lúdica e simples o interesse sobre o orçamento.

Orçamento Fácil
senado.leg.br/orcamentofacil

Girão convida cidadãos a participarem de manifestação no dia 25

Eduardo Girão (Podemos-CE) convidou, em Plenário, os cidadãos a participarem da manifestação a favor da Operação Lava Jato, que acontecerá dia 25 de agosto em todo o país. O senador afirmou que as principais reivindicações serão o fim do foro privilegiado, o veto integral ao projeto sobre abuso de autoridade e a instalação da CPI dos Tribunais Superiores.

— É importante que a população vá para as ruas, não é para defender governo, é para defender o país, pautas nacionais. Isso que é importante: pautas nacionais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Álvaro Dias pede o retorno da menor Naomi Ghisi ao Brasil

Álvaro Dias (Podemos-PR) cobrou das autoridades medidas para trazer de volta, da França para o Brasil, uma jovem filha de mãe brasileira e pai francês. Segundo o senador, a menor Naomi Ghisi, filha da psicóloga e professora universitária Valéria Ghisi, veio para o Brasil juntamente com sua mãe, vítima de violência doméstica no país europeu. Em razão do Tratado de Haia, do qual o Brasil é signatário, a menor teve de voltar à França.

O senador destacou, porém, haver diversas decisões favoráveis à mãe, como a da Justiça Federal do Paraná, que determinou que Naomi deveria ficar com Valéria e retornar de imediato ao Brasil.

Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai elege comissão

Foi instalado ontem o Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai. O senador Eduardo Gomes (MDB-TO) foi eleito para o cargo de presidente. O grupo também aprovou o estatuto que servirá de base para a condução dos trabalhos.

A comissão executiva será composta pelos senadores Marcio Bittar (MDB-AC) e Telmário Mota (Pros-RR), que ocupam os cargos de vice-presidentes. Para secretários, foram eleitos Chico Rodrigues (DEM-RR), Irajá (PSD-TO),

Weverton (PDT-MA) e Styvenson Valentim (Podemos-RN).

Eduardo Gomes agradeceu ter sido escolhido para presidente e afirmou que o grupo será dinâmico, objetivo e muito claro nas suas intenções.

— Nos últimos anos, o Paraguai experimenta um crescimento econômico consistente. Esse também é o desejo do Brasil — ponderou.

A reunião foi conduzida por Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCJ Previdência

9h/14h Audiências para discutir a PEC 6/2019, que trata da reforma da Previdência.

CDH Aposentadorias especiais

9h Audiência sobre Previdência, com foco sobre aposentadorias especiais e pensões por morte.

CE Fundeb permanente

9h/14h Audiências para discutir renovação e revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Às 11h, pauta de 13 itens.

CI Portabilidade da conta de luz

9h Audiência sobre o PLS 232/2016, que permite a portabilidade da conta de luz. Depois, 9 itens, entre eles, o PLC 61/2013, que prevê a emissão nominal de passagens de transporte rodoviário.

CAE Garantia solidária

10h Entre 21 itens, o PLC 113/2015 — Complementar, que cria a Sociedade de Garantia Solidária.

CTEC Nome para a IFI

11h30 A indicação de Daniel Veloso Couri para diretor da Instituição Fiscal Independente é um dos 7 itens.

CDH Acessibilidade em eletrônicos

14h Audiência para debater acessibilidade em eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos. Foram convidados, entre outros, os presidentes da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos e da Associação Brasileira de Deficientes Visuais.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A Medida Provisória da Liberdade Econômica, que estabelece garantias de livre mercado, está na pauta.

CAS Trabalho para estagiários

14h30 Audiência para discutir o PL 1.928/2019, que cria visto temporário de trabalho simplificado para estagiários e intercambistas. Entre os convidados, estão representantes da ONU, da Defensoria Pública da União e da Missão Paz.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Debates sobre a PEC da Reforma da Previdência começam hoje

Até quinta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça fará seis audiências públicas. Relatório deve ser apresentado na sexta-feira



A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) faz hoje as duas primeiras audiências públicas sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019). Até quinta-feira, serão realizados seis debates, que reunirão 46 convidados, entre representantes setoriais, especialistas e autoridades. Na sexta-feira, o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve apresentar o relatório preliminar. A proposta deve ser votada na comissão em 4 de setembro.

A partir das 9h, a comissão recebe o secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, e o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, além de juizes e procuradores. Às 14h, os senadores ouvem o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, além de representantes de órgãos de segurança pública.

Também a partir das 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) discute as



Antonio Cruz/Agência Brasil

Texto da reforma permite que o segurado receba pensão por morte menor do que o mínimo

aposentadorias especiais e pensões por morte. A audiência faz parte do ciclo de debates sobre a reforma da Previdência promovido pela comissão.

Segundo a proposta aprovada pelos deputados, em caso de morte do titular, o pensionista terá direito a 50% do benefício, mais 10% por dependente adicional, até o limite de 100%. Assim, em alguns casos, a pensão por morte será menor do que um salário mínimo, o que não acontece hoje. Atualmente,

no Regime Geral de Previdência Social, o pensionista recebe 100% do benefício que o segurado recebia, limitado ao teto do INSS.

Entre os convidados estão representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), além do Ministério da Economia.

Plenário analisa MP da Liberdade Econômica e duas PECs

A Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), que reduz a burocracia empresarial, estabelecendo garantias para o livre mercado e prevendo isenção de alvarás e licenças para *startups*, perde a validade no próximo 27 e é o primeiro item da pauta do Plenário de hoje.

A proposta, aprovada na Câmara na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2019, também altera a CLT (DL 5.452/1943), permitindo o trabalho

aos domingos, com folga a cada quatro semanas, sem aval do sindicato em acordo coletivo. O governo argumenta que a MP vai gerar 3,7 milhões de empregos em 10 anos, mas a mudança divide os parlamentares. Enquanto alguns dizem que o texto moderniza a economia, outros apontam perda de direitos dos trabalhadores.

Também consta da pauta a PEC 82/2019, de Orlanildo Guimarães (Podemos-PR), aprovada na quarta-

-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e que limita o prazo para os pedidos de vista de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros tribunais em quatro meses.

A PEC 19/2014, de Paulo Paim (PT-RS), que inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição, também está na pauta, ao lado do projeto que cria o Programa Cidade Amiga do Idoso (PL 402/2019).

Reforma tributária é urgente, aponta audiência pública

A necessidade urgente de o Brasil promover uma reforma tributária foi consenso entre os participantes da audiência pública de ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a PEC 110/2019, que reformula o sistema tributário brasileiro.

A primeira parte da audiência foi conduzida pela presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS). A senadora afirmou que as reformas tributária e da Previdência têm forte ligação econômica e política e são complementares.

Ela disse que os brasileiros são os cidadãos que mais pagam impostos no mundo, se levada em conta a relação entre a carga tributária e a qualidade dos serviços públicos oferecidos, muito aquém dos outros países.

— O Brasil tem pressa e uma reforma não se sustenta sem a outra — disse a senadora.

A segunda parte da reunião foi conduzida pelo relator da PEC 110/2019, Roberto Rocha (PSDB-MA). Ele disse que tem condições de entregar o re-

latório em até 45 dias. Para o senador, a reforma tributária vai aumentar a segurança jurídica no país.

O primeiro convidado a falar foi o ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly, um dos principais idealizadores da PEC 110/2019, que tem o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, como primeiro signatário e as assinaturas de outros 64 senadores.

A proposta extingue nove tributos: IPI, IOF, PIS-Pasep, Cofins, salário-educação, Cide-combustíveis e CSLL (federais); ICMS (estadual); e ISS (municipal).

No lugar deles, será criado um imposto sobre valor agregado, de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um outro imposto sobre bens e serviços específicos, chamado Imposto Seletivo, este de competência federal.

— Não é reforma, é uma reengenharia tecnológica fraterna e solidária para fazer o Brasil crescer e distribuir renda com justiça social — disse Hauly.

Também participaram dos debates os senadores Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Weverton (PDT-MA).

Para Simone, reformas podem ser discutidas ao mesmo tempo

Simone Tebet (MDB-MS) disse ontem que é possível tratar das reformas tributária e da Previdência ao mesmo tempo porque as propostas são complementares e importantes para todos.

Para a senadora, sem a reforma tributária, as contas ficam comprometidas e isso obriga o governo a cobrir o rombo com o dinheiro dos tributos e contribuições que deveria ser aplicado em saúde, educação, infraestrutura e segurança.

— Temos tudo para mudar de paradigma, que o Brasil precisa e exige.

Styvenson Valentim afirma que corrupção é cara para o país

A corrupção é cara para o país, disse Styvenson Valentim (Podemos-RN). Ele citou pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) mostrando que mais de três mil operações foram desenvolvidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público entre 2003 e 2017.

— Além do roubo dos cofres públicos, recursos públicos são empregados para manter essa força-tarefa.

Para o senador, se a lei sobre crimes de abuso de autoridades por agentes públicos (PLS 85/2017), que aguarda sanção, estivesse em vigor, os números da Lava Jato seriam mais modestos.

Criação de novos estados pode beneficiar sociedade, diz Eduardo

Eduardo Gomes (MDB-TO) defendeu ontem projetos do ex-senador Siqueira Campos que convocam plebiscito para que a população opine sobre a criação de novos estados.

— Diferentemente do que muitos dizem, criar estados não dá prejuízo — afirmou.

De acordo com ele, a presença da máquina pública em regiões antes isoladas tem efeitos positivos sobre a economia e a vida das pessoas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medida da Liberdade Econômica prejudica trabalhador, afirma Paim

A Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), que busca reduzir a burocracia para os negócios da iniciativa privada, retira direito dos trabalhadores, disse Paulo Paim (PT-RS).

O senador explicou que, no campo, a MP permite, em período de safra, o trabalho aos sábados, domingos e feriados, sem folga correspondente ao longo da semana. Para Paim, o trabalhador rural ficará submetido a uma jornada exaustiva e sem limites.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Luciano Bivar e os senadores Simone Tebet e Roberto Rocha defendem a PEC 110/2019

Congresso estuda novo Fundeb com o triplo de verbas federais

Fundo que garante verbas para todas as escolas públicas expira em dezembro de 2020. Especialistas advertem que Senado e Câmara dos Deputados precisam aprovar sua renovação ainda neste ano

Ricardo Westin

DESDE 1997, O Brasil conta com uma sofisticada engrenagem contábil que impede que escolas pertencentes a estados e prefeituras pobres fiquem na penúria. Trata-se do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que recolhe verbas públicas e reparte o montante entre todas as 27 redes estaduais e 5.570 redes municipais de ensino.

Tomem-se como exemplo as escolas de Riachão (MA). A prefeitura, o estado e o governo federal investiram, em 2015, um total de R\$ 3,1 mil em cada aluno da rede municipal (ou R\$ 260 por mês). Foi um valor longe do ideal, mas teria sido ainda mais baixo caso o Fundeb não existisse. Sem o fundo, o investimento em cada estudante da cidade maranhense teria ficado em irrisórios R\$ 400 anuais (ou R\$ 35 mensais). Os cálculos são da ONG Todos pela Educação.

O Fundeb, porém, está prestes a expirar. Criado como um mecanismo provisório, ele vigorará só até 31 de dezembro de 2020. A sobrevivência do fundo está nas mãos do Congresso Nacional. Neste momento, os senadores e deputados federais estudam três propostas de emenda à Constituição (PECs) que garantem a renovação em 1º de janeiro de 2021.

No Senado, a continuidade do fundo está prevista na PEC 33/2019, do senador Jorge Kajuru (Patriota-GO), e na PEC 65/2019, dos senadores Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Na Câmara, o que está em análise é a PEC 15/2015, da deputada Raquel Muniz (PSD-MG).

— Embora exija dinheiro, a educação não é gasto, mas investimento, porque dá retorno ao país. A ignorância, por trazer só prejuízos, custa muito mais

— diz Davi Alcolumbre, que é presidente do Senado.

A continuidade do Fundeb é uma reivindicação urgente de governadores e prefeitos e conta com o apoio do Ministério da Educação. Caso não seja renovado, o fundo desaparecerá, tirando dinheiro de escolas, desestabilizando as finanças de municípios e estados, prejudicando estudantes e ameaçando os avanços educacionais feitos pelo país nas últimas duas décadas.

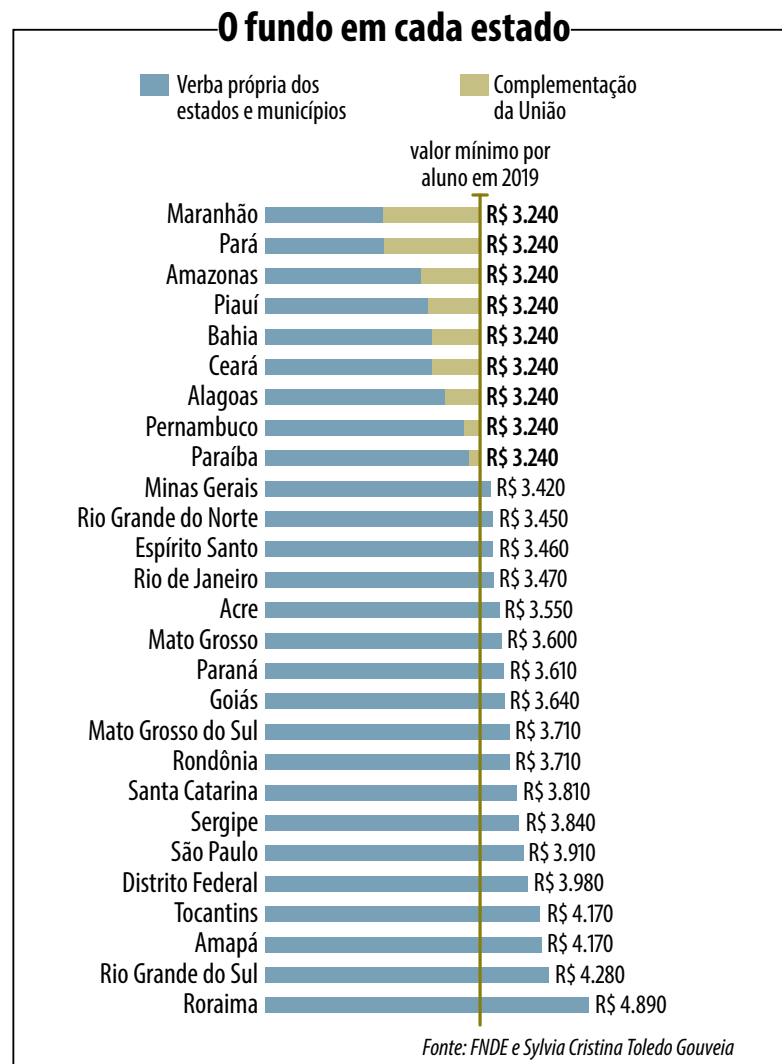
Redistribuição

O Fundeb é alimentado por verbas federais, estaduais e municipais, que depois são divididas entre estados e prefeituras conforme o número de alunos matriculados nas escolas do respectivo ente federado. Além disso, uma fração dos recursos recolhidos é reservada às redes de ensino que ficaram com os valores mais baixos.

O fundo, em suma, exerce um papel redistributivo, amenizando as desigualdades regionais no financiamento da educação. Sem o Fundeb, os investimentos públicos em cada aluno em 2015 teriam variado de R\$ 400 (caso da já citada rede municipal de Riachão) a R\$ 57,8 mil. Graças a ele, a distância entre os extremos ficou bem menor, com as cifras indo de R\$ 2,9 mil a R\$ 19,6 mil.

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, cursos profissionalizantes e educação especial, indígena e quilombola). Dos R\$ 248 bilhões a serem injetados nas escolas públicas do país neste ano, R\$ 156 bilhões sairão do fundo (65% do total).

Analisasadas no panorama internacional, essas verbas se revelam pouco generosas. No



questo valor por estudante dos anos iniciais do ensino fundamental, Portugal investe o dobro do Brasil. A Coreia do Sul, o triplo. Luxemburgo, quase o sêxtuplo. A conclusão é da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que, para permitir a comparação, equalizou o poder de compra da moeda de cada país.

Fundo permanente

As verbas também se mostram insuficientes quando sala de leitura e 7 não têm parquinho. No 3º ano do ensino fundamental, metade dos alunos não faz contas básicas nem lê de modo satisfatório. Dos adolescentes que deveriam estar cursando o ensino médio, 900 mil se encontram fora da escola. Insuficientes, os estados.

Como se tratava de um experimento que podia não dar certo, o Fundeb foi criado com prazo de validade. O fundo caducaria em dez anos. Os resultados acabaram sendo tão positivos, que o Congresso não só o renovou em 2007, mas também o ampliou.

Rebatizado como Fundeb, o fundo deixou de financiar apenas o ensino fundamental e passou a cobrir toda a educação básica. No entanto, permane-

ceu provisório — dessa vez, válido por 14 anos, até 2020. Entre municípios, estados, governo federal, parlamentares e entidades de defesa da educação pública, já é consenso que o Fundeb precisa tornar-se permanente.

— Com o Fundeb estabelecido de forma definitiva na Constituição, teremos a garantia de que as verbas para a educação básica, que é um direito de todos os brasileiros, jamais serão retiradas — argumenta o senador Randolfe.

O consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo de Sena Martins, que é autor do livro *Fundeb, Federalismo e Regime de Colaboração* (Editora Autores Associados), acrescenta:

— O Fundeb permanente, sem o risco de desaparecer de um dia para o outro, dará uma estabilidade maior para os gestores públicos, diminuirá a insegurança, contribuirá com o planejamento. Mas permanente não significa imutável. Ele poderá ser aprimorado sempre que isso for necessário — afirma.

Aportes federais

O que existe, em rigor, não é um Fundeb único. São 27 fundos, um por estado. A principal fonte de recursos de todos eles é uma cota de 20% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual. Como o imposto incide sobre as vendas do comércio, especialistas em financiamento da educação sempre avisam, em palestras e entrevistas, que exigir a nota fiscal em toda compra significa contribuir com o ensino público.

O Fundeb de determinado estado prevê o mesmo valor para qualquer aluno dentro desse território, seja ele da rede estadual, seja de alguma das várias redes municipais. Em Minas Gerais, por exemplo, a cifra por aluno foi

de R\$ 3,4 mil em 2015. Não fosse a redistribuição intraestadual de dinheiro feita pelo Fundeb, os estudantes de 200 redes municipais de Minas Gerais teriam passado o ano com uma quantia inferior a R\$ 3,4 mil, de acordo com a ONG Todos pela Educação.

As transferências do fundo funcionam como um piso a ser complementado por verbas municipais ou estaduais, na medida da riqueza do respectivo ente federado. Na rede municipal de Leopoldina (MG), em 2015, o custo final de cada aluno ficou em R\$ 3,5 mil. Na rede estadual mineira, em R\$ 4,3 mil. Nas escolas municipais de Belo Horizonte, em R\$ 7 mil. Nas de Grupiara (MG), em R\$ 16,2 mil.

A segunda mudança significativa prevista nas três PECs é o aumento das injeções diretas do governo federal. O fundo, primeiro, recolhe as contribuições dos estados e das prefeituras e, em seguida, cobra da União 10% do valor inicialmente arrecadado. Das propostas em estudo no Congresso, duas elevam a cota federal para 30% e a outra, para 40%. Em todos os casos, a elevação ocorre de forma gradual, diluída ao longo dos anos, até chegar à porcentagem estabelecida.

Hoje, as verbas federais só vão para alguns Fundeb — aqueles com os valores por aluno mais baixos. O dinheiro extra é dividido de forma que a cifra de todos os estados desfavorecidos cresça até alcançar um mesmo patamar mínimo. Neste ano, nove Fundeb farão jus a esse empurrão. Elevando-se a cota federal para 30% ou 40%, o patamar mínimo subirá e mais Fundeb seriam favorecidos.

O papel redistributivo do Fundeb, portanto, não se limita a reduzir a desigualdade entre as cidades de um mesmo estado. Diminui a distância também entre os estados. Se não houvesse a complementação federal, o Fundeb do Maranhão



Alunos de colégio municipal de Boa Vista: Fundeb destina dinheiro para todas as redes de ensino estaduais e municipais

de governadores, prefeitos e empresários das três regiões.

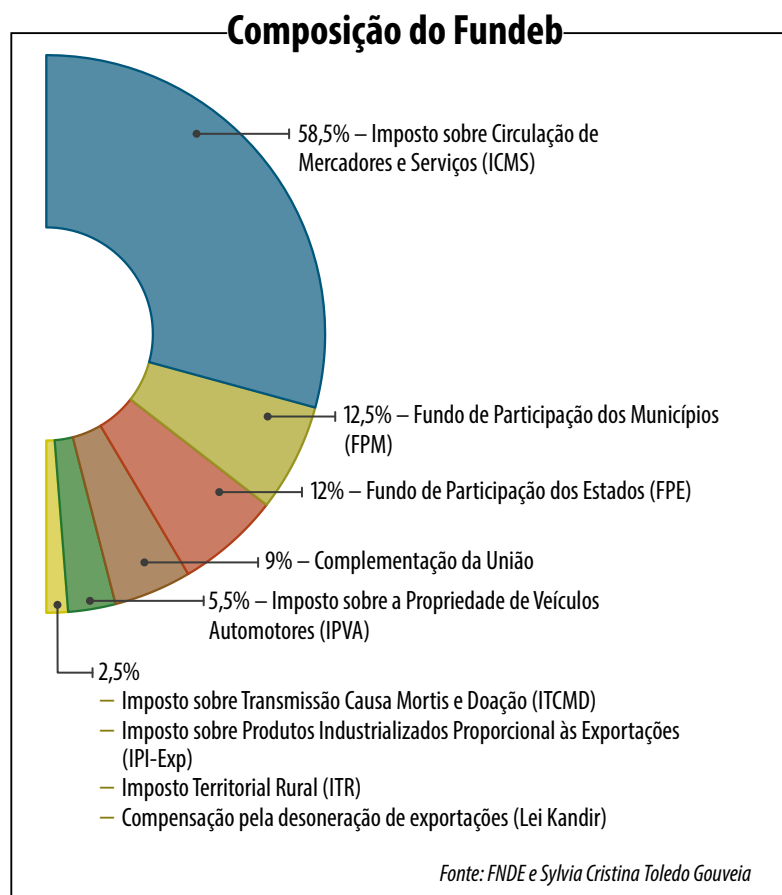
Uma terceira mudança nas regras atuais é aventada pelos relatores das PECs. Para os senadores Zequinha Marinho (PSC-PA) e Flávio Arns (Rede-PR) e a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), existe espaço para tornar mais justa a fórmula de distribuição da complementação federal.

Uma das possibilidades é que o dinheiro da União deixe de ser aplicado no Fundeb dos estados que ficam na lanterna do ranking do valor por aluno. Em vez disso, passaria a ir diretamente para as cidades mais pobres, não importando o estado em que se localizam. São cidades que arrecadam muito pouco com os impostos municipais (como o IPTU e o ISS) e, por isso, não dispõem de quase nada, além do Fundeb, para investir nos seus alunos.

Essa nova regra acabaria com uma distorção. Pelo modelo atual, cidades ricas que ficam em estados pobres recebem a complementação federal — como os municípios mineiros do Pará e os petrolíferos da Bahia. Ao mesmo tempo, cidades pobres que se localizam em estados ricos não fazem jus à complementação — como os municípios os goianos vizinhos do Distrito Federal e os mineiros do Vale do Jequitinhonha.

Na Constituição

A Constituição de 1988 obriga o governo federal, os estados e os municípios a aplicar na educação pública como um todo (educação básica e ensino superior) uma porcentagem do que arrecadam com impostos e transferências. É o que se chama, no jargão contábil, de vinculação. Nem todas as Constituições anteriores vinculavam recursos



ao ensino. A história mostra que, no Brasil, o poder público só investiu maciçamente no ensino quando foi forçado pela vinculação.

O Fundeb é uma subvinculação, isto é, reserva para o ensino básico uma fração do dinheiro que a Constituição já direciona à educação geral. A eventual não renovação do fundo prejudicaria essa etapa específica. As escolas poderiam perder dinheiro para as universidades. Além disso, eliminada a fórmula redistributiva do Fundeb, a rede pública passaria a ter tanto colégios com dinheiro de sobra quanto colégios com quase dinheiro nenhum.

A Presidência da República e as duas Casas do Congresso já anunciaram que, uma vez votada a reforma da Previdência (aprovada na Câmara e agora em estudo no Senado), a próxima prioridade será a reforma tributária. Uma mexida mais profunda no sistema nacional de tributos provocaria mudanças imediatas e significativas no Fundeb, que é alimentado por impostos de toda ordem. Não seria mais prudente deixar a votação do novo Fundeb para depois da reforma tributária?

— A reforma tributária não tem prazo para ser votada. O Fundeb tem — afirma o consultor legislativo do Senado Fernando Mariano, especialista em educação. — Se segurarmos a renovação do Fundeb para esperar a reforma tributária, que ninguém sabe nem mesmo se será de fato aprovada, nós correremos o risco de assistir ao colapso da educação pública brasileira.

Calendário apertado

Parece distante a expiração do Fundeb, em 31 de dezembro de 2020. Considerando-se a dinâmica do Congresso e o calendário da política, trata-se, ao contrário, de um prazo

bastante apertado.

Entidades de defesa da educação avisam que a renovação precisa ser aprovada já nos próximos meses, pois a atenção do mundo político após a virada do ano se voltará para as eleições municipais de 2020, diminuindo-se a brecha no Congresso para a votação do novo Fundeb.

Depois que o Fundeb migrar dos dispositivos transitórios para o corpo permanente da Constituição, os senadores e deputados ainda terão que aprovar uma lei que regulamente o novo fundo. A lei regulamentadora, sim, poderá ficar para o ano que vem, desde que não seja muito perto de dezembro, já que os gestores públicos precisarão de tempo para se adaptarem às mudanças e garantir que a engrenagem do novo Fundeb possa rodar já em 1º de janeiro de 2021.

— No fim das contas, é positivo que o atual Fundeb seja um mecanismo provisório — avalia o consultor legislativo do Senado José Edmar de Queiroz, que também é especialista em educação. — Se não fosse preciso renová-lo, provavelmente agora o Congresso não estaria discutindo a educação pública tão a fundo, inclusive as metas ainda não cumpridas e o financiamento, e o governo federal não teria aceitado aumentar o volume de verbas do Fundeb.

Saiba Mais

Estudo da Consultoria Legislativa do Senado
<http://bit.ly/BoletimLegislativo80>

Estudo da Consultoria de Orçamento da Câmara
<http://bit.ly/EstudoTecnico24>

Proposta da ONG Todos pela Educação
<http://bit.ly/propostaFundeb>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Os senadores Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru são autores de PECs que tornam o Fundeb permanente

Economia solidária pode ter prioridade em merenda

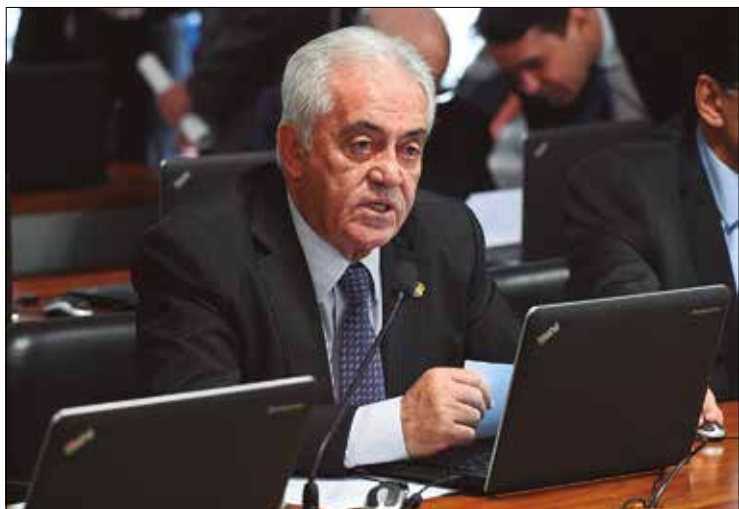
Projeto de Otto Alencar, que será analisado hoje pela Comissão de Educação, inclui gêneros alimentícios dessa modalidade na aquisição do Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRODUTORES RURAIS E cooperativas que operem em regime de economia solidária podem ganhar preferência como fornecedores dos produtos da merenda escolar. Está na pauta de hoje da Comissão de Educação (CE) projeto do senador Otto Alencar (PSD-BA) que prevê a medida.

Desde 2009 os entes federais devem dar preferência, na compra da merenda, a gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, mas a legislação não incluiu o segmento ligado à economia solidária. O PLS 292/2018 prevê que o segmento entre na cota preferencial de 30% dos recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que são usados para comprar a produção da agricultura familiar. Dentro da cota também são priorizadas a produção de assentamentos da reforma agrária, de aldeias indígenas e de terras quilombolas.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), e será votado em caráter terminativo.

Também está na pauta da CE, em decisão final, o PL 2.342/2019, que insere entre as finalidades dos institutos federais de ensino o desenvolvimento de ações de letramento em programação computacional, garantindo



Otto é autor do texto que dá preferência para economia solidária

capacitação técnica e atualização pedagógica aos professores da rede pública.

Na justificativa, a autora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), ressalta que ao longo da história a tecnologia disponível modela e define a produção de bens, o mercado de trabalho e as relações sociais.

A senadora acrescenta que ganharam ainda mais importância as tecnologias da informação e comunicação, as chamadas TICs, que envolvem a programação de computadores e a criação de aplicativos.

O relator na comissão, senador Confúcio Moura (MDB-RO), recomendou voto favorável ao projeto.

Outra proposta a ser dis-

cutida na comissão é o PLC 13/2016, que trata do acompanhamento pedagógico para alunos de baixo rendimento. O texto prevê que esse serviço será oferecido no decorrer do processo de aprendizagem, diretamente pela escola ou por meio da articulação com associações comunitárias e outras entidades da sociedade civil.

O objetivo, segundo autor da proposta, o ex-deputado Eduardo Cunha, é estimular o atendimento específico, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, dos estudantes com baixo rendimento escolar e, com isso, reduzir os índices de repetência e evasão. O texto será analisado na forma de um substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Audiência debate acessibilidade de equipamentos eletrônicos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje, a partir das 14h, a acessibilidade em eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos.

Segundo a autora do requerimento, senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), a discussão vai permitir colher informações junto ao Poder Executivo e à indústria brasileira a fim de verificar a adequada criação e produção de bens duráveis das linhas branca (geladeiras e fogões) e marrom (TVs e aparelhos de som), acessíveis ao consumidor brasileiro com deficiência.

“Nada mais irracional que, no período de crise por que passamos, sejam impostas dificuldades extras ao público com deficiência, desejo de consumir e de fazer a economia girar, com a oferta de bens que não atendem às suas necessidades. A

economia brasileira só tem a ganhar se souber adequadamente atender à satisfação da demanda reprimida por produtos domésticos plenamente acessíveis”, justifica a senadora.

Convidados

Para a audiência, intitulada “A acessibilidade nos produtos de linhas branca e marrom”, foram convidados o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, José Jorge do Nascimento Junior, o chefe da divisão de Bens de Consumo do Ministério da Economia, Marco Antônio Nunes Bastos, a presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV), Denise Melo, e o presidente da Associação de Amigos do Deficiente Visual (AADV), Paulo Lafaiete de Lima.



Para Mara, a economia ganhará se produzir equipamentos acessíveis

Projeto obriga funcionamento de semáforo intermitente durante a madrugada



Chico Rodrigues espera minimizar riscos à segurança dos motoristas

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que obriga que semáforos funcionem, entre meia-noite e 5 horas da manhã, em sistema de alerta, com luz amarela piscante.

A proposta (PL 750/2019) do senador Chico Rodrigues (DEM-RR) busca minimizar os riscos à segurança dos motoristas de madrugada. O texto aguarda parecer do relator, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

“Essa alteração no funcionamento do trânsito evita que condutores e passageiros fiquem expostos à ação de criminosos, enquanto os veículos estiverem parados no semáforo, ao mesmo tempo em que resguarda a segurança”, justifica o autor do projeto.

A regra não valeria para semáforos localizados onde o fluxo de veículos e pedestres justifique o funcionamento padrão. Nesses casos, deve

haver decisão fundamentada pela autoridade de trânsito. O projeto ainda diz que a autoridade de trânsito poderá estabelecer outros horários para funcionamento intermitente, conforme as características do local. O texto acrescenta dispositivo ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997), e determina também a colocação do sinal onde dê preferência para via secundária dos cruzamentos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debatedores pedem mais capacitação para idosos

Audiência em Palmas discutiu a necessidade de políticas públicas de formação profissional para a população idosa. Tocantins tem a primeira universidade do país dedicada aos maiores de 60 anos

AO CITAR AS mudanças demográficas e a busca por uma melhor qualidade de vida para a população idosa, debatedores reunidos na Assembleia Legislativa do Tocantins na sexta-feira destacaram a importância crescente da educação de idosos.

Os participantes da audiência da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sublinharam a qualidade do trabalho da Universidade da Maturidade (UMA), um projeto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) considerado como referência.

O senador Romário (Pode-mos-RJ), presidente da CAS e autor do requerimento do debate, elogiou o Estatuto da Pessoa Idosa que segundo ele, dignifica os maiores de 60 anos, e falou da necessidade de ofertar políticas públicas “a quem tanto trabalhou e produziu pelo Brasil e tanto ainda pode dar ao país”.

— O Estado tem obrigação de oferecer programas de capacitação e valorização educacional desenvolvidos especialmente para o idoso.

Romário acrescentou que as pessoas idosas poderiam ser mais produtivas e aumentar seus rendimentos, mas sofrem com os obstáculos da falta de formação e de oportunidades.

O vice-coordenador da UMA-UFT, Luiz Sinésio da Silva Neto, explicou que o Tocantins, apesar de ser um estado novo, tem uma população com maioria de idosos. Por esse motivo, ele acredita serem muito importantes iniciativas



Romário (2º à esq.) e Eduardo Gomes (4º à esq.) participaram do debate

como uma universidade voltada à maturidade.

— Em nível nacional, há 30 milhões de brasileiros com mais de 60 anos, o que requer formulação e execução das políticas públicas para idosos e prioridade na agenda pública para o envelhecimento — salientou.

Silva Neto considera os elevados índices de analfabetismo e de analfabetismo funcional entre os mais velhos como os maiores desafios na educação para o segmento. “Educação não é só escola. Temos que ir além do ensino institucionalizado e pensar na saúde, na cognição, na atualização”, comentou.

Ao cobrar mais recursos para as universidades públicas, a coordenadora nacional da UMA, Neila Barbosa Osório, elogiou a Universidade do Tocantins por destinar instalações exclusivas para o atendimento multidisciplinar aos idosos. Mas, segundo ela, as salas já operam acima da capacidade. Ela criticou a cultura que torna os idosos invisíveis e os estereótipos que reforçam a rejeição à ideia de envelhecer.

— Quando os velhos vão

para a universidade, a vida deles melhora — defendeu.

Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Etienne Ribeiro de Almeida comentou a mudança nos conceitos de velhice ao longo do tempo, e a secretária de Educação, Juventude e Esporte do Tocantins, Adriana Costa Aguiar, declarou que a UMA põe seu estado à frente de seu tempo.

Previdência

Ao saudar as atividades da Universidade da Maturidade, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), presidente da subcomissão, associou as iniciativas a favor da pessoa idosa à proposta de reforma da Previdência, que está sendo discutida em decorrência do envelhecimento da população brasileira.

— É um acerto de contas porque a gente vive mais, mas precisamos viver mais com qualidade de vida — avaliou.

A audiência também foi marcada por homenagens de deputados estaduais ao ex-governador tocaninense Siqueira Campos, que discursou em agradecimento.

Audiências públicas vão debater portabilidade da conta de luz

O projeto que altera o modelo comercial do setor de energia elétrica será tema de audiências públicas na Comissão de Infraestrutura (CI).

Hoje, às 9h, a CI discute o projeto (PLS 232/2016) com o presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Xisto Vieira Filho, o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, Flávio Neiva, e o presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica, Charles Lenzi.

A audiência da quinta-feira, também às 9h, receberá o diretor na Associação Brasileira de Energia Eólica, Sandro Yamamoto, o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Rodrigo Sauer, e o presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras

Hidrelétricas, Paulo Arbex.

O relator do PLS 232/2016 na CI é Marcos Rogério (DEM-RO), responsável pela convocação das audiências.

O projeto permite que os pequenos consumidores comprem no mercado livre de energia e, a longo prazo, que leve o setor a ter o mesmo modelo que o de telefonia.

Do ex-senador Cassio Cunha Lima, o texto ganhou nova redação do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovada em 20 de novembro de 2018.

No dia seguinte, o substitutivo foi acatado sem alterações pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi relatado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Se aprovado na CI e não havendo recurso para análise pelo Plenário, o texto seguirá para a Câmara.

Confúcio denuncia invasão de terra indígena em Rondônia

Confúcio Moura (MDB-RO) denunciou em Plenário a invasão de terras indígenas em Rondônia. O senador pediu ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, que tome providências e envie a Força Nacional para o estado, a fim de socorrer os fiscais que estão sendo ameaçados de morte, assim como a população indígena. Confúcio declarou total e irrestrito apoio aos governadores da Amazônia, que pediram à Noruega e à Alemanha que negociem com eles os recursos do Fundo Amazônia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Veneziano defende que Congresso rejeite crédito suplementar

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) criticou ontem o PLN 18/2019, que abre crédito suplementar no valor de R\$ 3 bilhões a órgãos do Executivo.

O senador defende a rejeição da proposta porque, segundo ele, a medida terá influência direta na área da educação.

— Não podemos continuar à mercê dessas decisões do Ministério da Economia, não reagindo da forma como precisamos reagir, que é propondo o debate. É inadmissível que o Senado observe e não reaja — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aprovado IPTU menor para quem cuida do ambiente

A autorização para que municípios criem o chamado IPTU Verde foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC 13/2019 prevê alíquotas diferenciadas do IPTU para quem reaproveita águas pluviais, reusa a água servida, aumenta o grau de permeabilização do solo e usa energia renovável no imóvel. E ainda livra do imposto a parcela do imóvel coberta por vegetação nativa.

A proposta segue para votação no Plenário do Senado.

O IPTU verde ou ecológico já vem sendo aplicado por alguns municípios, mas não tem autorização da Constituição. O autor, Plínio Valério (PSDB-AM) diz na justificativa que

“a inserção na Constituição servirá para chamar a atenção para o tema e estimular as municipalidades no sentido da implementação da medida, sempre dentro das suas possibilidades financeiras”.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), pediu a aprovação da PEC. “Trata-se

de medida de caráter extrafiscal com grande potencial para provocar mudanças no comportamento dos contribuintes. É inegável que a alteração constitucional que se pretende contribuirá para chamar a atenção para o tema, encorajando os que ainda não adotaram as boas práticas”.



Anastasia diz que a PEC pode mudar o comportamento do contribuinte

Wellington recebe medalha por serviços à infraestrutura

Wellington Fagundes (PL-MT) relatou ontem ter sido agraciado pelo Ministério da Infraestrutura com a medalha do mérito Mauá, por sua atuação no setor de transportes.

Fagundes afirmou ser preciso acabar com os pontos de estrangulamento logístico e com as exigências legais que dificultam o crescimento econômico.

— No atual cenário, o investimento em infraestrutura é uma das grandes alternativas de injeção de recursos na economia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rodrigo Cunha defende MP da Liberdade Econômica

Rodrigo Cunha (PSDB-AL), ao discursar em Plenário sobre as pautas estruturantes para o Brasil discutidas pelo Senado, destacou a MP da Liberdade Econômica (MP 881/2019). A medida foi editada visando reduzir a burocracia para os negócios da iniciativa privada, estabelecendo garantias para o livre mercado, com previsão de isenção de alvarás e de licenças para startups.

Favorável à proposição, Rodrigo reconheceu a amplitude da MP, que afetará todos os segmentos econômicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Direção e técnicos do IBGE divergem sobre Censo 2020

Para técnicos, corte orçamentário e redução dos questionários terão impacto no resultado da pesquisa e podem reduzir repasse para municípios. Já dirigentes dizem que enxugamento trará qualidade ao censo

TÉCNICOS DO INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) debateram ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o corte orçamentário e a redução do número de perguntas dos questionários do censo programado para 2020. De acordo com os técnicos, as perguntas retiradas têm impacto no resultado da pesquisa e podem acarretar repasse menor de recursos aos municípios. Já os dirigentes do IBGE disseram que o enxugamento vai beneficiar o censo.

O diretor-adjunto de Pesquisas do instituto, Cimar Pereira, explicou que o censo tem o objetivo de fazer um grande retrato da população brasileira. Ele mencionou um estudo sobre o Censo de 2010 em que se chegou à conclusão de que os questionários foram superdimensionados, as regiões metropolitanas não foram suficientemente cobertas e a coleta de dados pela internet foi insignificante. Ele afirmou ainda que os desafios para 2020 são a dificuldade de abordar os cidadãos, a redução de recursos, a preservação da essência do Censo e a perda de servidores.

— O IBGE vem atravessando uma redução expressiva no seu quadro de servidores ativos. Éramos 7.153 em 2008, e chegamos a 4.726 em 2019, é uma redução bem forte.

A coordenadora operacional dos Censos do IBGE, Maria Vilma Garcia, afirmou que, diante da crise fiscal do país, o instituto já havia sido avisado de que sofreria restrição



Diretor do IBGE, Pereira fala em debate dirigido por Styvenson (2ª à esq.).

orçamentária. E que, por isso, fariam uma operação mais simplificada e reduziram o questionário, mas de forma eficiente. Segundo ela, o grande custo do censo é o pagamento de pessoal, por isso, foi preciso dar mais produtividade ao recenseador, com foco no treinamento e na tecnologia. Ela disse que foi reduzido o questionário básico, aplicado à maior parte da população, de sete para quatro minutos, e o questionário de amostra, aplicado a uma pequena parte, de 24 para 19 minutos.

— Quanto mais longa a entrevista, menor a sua qualidade.

No entanto, de acordo com o técnico do IBGE Claudio Crespo, a retirada de questões como a rede de ensino em que a criança estuda, o valor do aluguel, e a migração e emigração terão impacto federativo. Ele explicou que isso fará diferença para o cálculo dos Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados (FPM e FPE).

— Ao retirar uma variável simples, como a rede de ensino, nós deixamos de abordar um aspecto fundamental de

uma das políticas mais municipalizadas deste país, que é a educação. Não estamos falando de não poder reduzir o questionário, estamos falando de, ao reduzir, observar essa dimensão federativa. A alteração terá impacto federativo, sim.

Coordenadora do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatísticas, Luanda Botelho afirmou que as mudanças não foram feitas com cuidado.

— E por que isso é tão grave? Isso impacta a projeção populacional, a estimativa populacional e, consequentemente, a repartição de receitas.

O senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) afirmou que o censo é prioridade para o país, porque constitui base de dados para formulação das políticas públicas. Eduardo Girão (Podemos-CE) questionou se, em 2020, o IBGE levantaria o número de pessoas com síndrome de Down e, ao obter resposta negativa, disse que enviará um pedido do Senado para que esse levantamento seja feito.

Fundeb fixo e com mais verbas volta a ser discutido

A Comissão de Educação (CE) retoma a partir de hoje, às 9h, o ciclo de audiências sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que deve acabar em dezembro de 2020, como prevê a Emenda Constitucional 56, que o criou em 2006.

O foco será a implementação do custo aluno-qualidade (CAQ). Foram convidados o professor Thiago Alves, da Universidade Federal de Goiás (UFG), pesquisador responsável pelo Simulador de Custo-Aluno Qualidade (Sim-CAQ); as procuradoras Sandra Soares Pontes e Maria Cristina Manella, coordenadora e vice-coordenadora da Comissão Permanente de Educação (Copeduc) do Conselho Nacional

dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG); e o consultor Claudio Riyudi Tanno, da Câmara dos Deputados.

A ideia é analisar alternativas para renovar o Fundeb, focando em fontes de financiamento para torná-lo uma política pública permanente, como anuncia o vice-presidente da CE, Flávio Arns (Rede-PR), coordenador dos debates. No requerimento para as audiências, Arns resalta a relevância do Fundeb como principal fonte de financiamento para a educação básica do país.

Ele acrescenta que a criação de um Fundeb permanente é discutida por meio de três propostas de emenda à Constituição: a PEC 15/2015 na Câmara e as PECs 33/2019 e

65/2019 no Senado.

Também hoje, às 14h, a CE receberá especialistas para discutir novas fontes de financiamento. Uma das vertentes é o incremento dos repasses de recursos provenientes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo. Também vem sendo discutido o repasse de verbas oriundas de imposto sobre lucros e dividendos ou outras fontes tributárias. Estão previstas as presenças do superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rubens Freitas, do auditor federal Paulo Gomes Gonçalves e do economista do Ipea Fernando Gaiger.

PEC que impede embaixadores não diplomatas recebe relatório

Apenas servidores integrantes da carreira diplomática poderão ser indicados para chefes de missão de caráter permanente nas embaixadas, de acordo com o substitutivo à PEC 118/2019 apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ainda não há previsão de data para votação.

A proposta original previa mudanças no artigo 52 da Constituição, que trata das competências privativas do Senado. No entanto, o substitutivo de Randolfe à proposta de Alvaro Dias (Podemos-PR) propõe a restrição no artigo 84, que trata das competências privativas do presidente da República.

Randolfe declarou que, caso a proposta seja aprovada, as indicações de pessoas que não sejam da carreira diplomática nem sequer serão enviadas ao Senado. Como mencionado na justificativa da PEC, a lei que regulamenta

a carreira de representantes do Brasil no exterior (Lei 11.440, de 2006) já limita a indicação de embaixadores a ministros de primeira ou segunda classe dos quadros da carreira diplomática. Porém, a lei abre possibilidade para designação de brasileiro nato não pertencente ao corpo funcional do Ministério das Relações Exteriores. Para Randolfe, o que deveria ser uma excepcionalidade acabou tendo um limite muito amplo e bastante subjetivo.

“Não é admissível que as indicações para cargos de tamanha importância, e que requerem alto grau de especialização, fiquem livres para serem utilizadas como moeda de barganha, prêmio ou para agradar pessoas próximas ao governo do momento” afirma o senador.

Randolfe também defende o voto aberto em todas as deliberações do Senado, especialmente nos casos de indicações de embaixadores.



Alvaro Dias é autor da proposta que recebeu relatório de Randolfe

Avança projeto que cria Política Nacional de Tecnologia Social

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou projeto que institui a Política Nacional de Tecnologia Social (PNTS). O PLS 111/2011 segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Tecnologias sociais são técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que buscam soluções para problemas sociais. De acordo com a proposta, aprovada na quarta-feira, essas tecnologias unem saber popular e organização social a conhecimentos científicos e tecnológicos, buscando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida para gerar transformação social. As atividades devem atender requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e reprodução e impacto social comprovado.

O parecer rejeita uma emenda da Câmara, restabelecendo o texto aprovado pelo Senado em 2015. É que os deputados retiraram dois



O relatório de Renan rejeitou duas emendas da Câmara

artigos que, de acordo com o relator na CCT, senador Renan Calheiros (MDB-AL), dão concretude à proposta, apresentada pelo ex-senador Rodrigo Rollemberg. O artigo 5º determina que as atividades de tecnologia social receberão tratamento idêntico ao conferido às demais atividades desenvolvidas no setor de ciência, tecnologia e inovação. Já o artigo 6º elenca 11 políticas e projetos em que as atividades de tecnologia social deverão ser incluídas, entre as quais as áreas de saúde e educação.